



## Declaração da IVª Internacional (Paris, 15 de Março de 2011)

### O alcance internacional da revolução proletária que está em curso na Tunísia

A revolução que começou na Tunísia – e que não pára de se aprofundar – é uma autêntica revolução proletária. Os jovens em situação precária e no desemprego, os trabalhadores, os camponeses e outras camadas da população tunisina puseram-se em movimento em torno da palavra de ordem: “*Água e pão, e não Ben Ali!*”. São assim ligadas, numa única palavra de ordem, as exigências da democracia e as reivindicações sociais e operárias contra um regime enfeudado ao imperialismo – que tinha como tarefa assegurar a “estabilidade” da exploração das massas tunisinas, através do Acordo de Associação com a União Europeia e os planos de ajustamento estrutural do FMI.

Neste movimento, os trabalhadores ocupam uma posição central. Num mesmo movimento, eles procuram reapropriar-se da sua organização histórica, a UGTT, que foi o principal vector desta mobilização em massa do povo trabalhador tunisino, bem como constituir os seus comités de defesa da revolução – cuja coluna vertebral são os jovens e os sindicalistas.

Só a classe operária – apoiando-se na sua organização histórica – tem condições para agrupar a nação contra o imperialismo e os seus vassalos. Os comités que se constituíram ainda não resolveram a questão da sua centralização à escala nacional. Mas eles apontam já para formas de um poder independente, representante dos interesses dos oprimidos e explorados. Eles levantam-se já, de uma certa maneira, como um possível duplo poder frente às instituições do regime, que as massas procuram dismantlar e que o imperialismo dos EUA e a União Europeia procuram proteger – a coberto de “transição democrática”.

Como se trata de uma revolução operária, atacando-se a um regime enfeudado ao imperialismo – quer dizer, ao sistema em agonia baseado na propriedade privada dos meios de produção – o movimento revolucionário das massas choca-se, frontalmente, com a dominação imperialista. A mais pequena das suas reivindicações está em contradição absoluta com a manutenção da dominação imperialista – a qual, pelo contrário, procura por todos os meios preservar os regimes que lhe estão enfeudados.

### Face à barbárie, só as massas podem abrir uma saída

A Administração de Obama, o Governo francês, a União Europeia e os seus agentes na Tunísia estão alarmados – e com razão – com a tentativa das massas operárias e camponesas tunisinas de tomar nas mãos o seu destino: “*O caos está a ameaçar a Tunísia, pois estão a ser constituídos soviets nas fábricas*” (*Les Echos*, jornal do patronato francês, 7 de Março de 2011).

A soberania popular e nacional, a democracia – é aquilo a que o imperialismo chama “caos”. Durante semanas e semanas, apoiado pelo imperialismo e os partidos ditos de oposição, o Governo tunisino – que tinha como missão assegurar a continuidade do regime – opôs-se à exigência de uma Assembleia Constituinte, assumida pela massa do povo, e avançou com a perspectiva de eleições presidenciais, isto é, da manutenção do regime “renovando-o”.

Este movimento, que vem do fundo da sociedade pôs em movimento milhões e milhões – com a UGTT e os comités de defesa da revolução –, obrigou, mais uma vez, o Governo a recuar e a convocar eleições para uma Assembleia Constituinte. Mas, de imediato, estas mesmas forças ligadas ao imperialismo tentam transformar estas eleições em legislativas, com o objectivo de preservar o regime.

A palavra de ordem de Assembleia Constituinte significa o dismantelamento de todas as instituições do antigo regime e o estabelecimento da soberania nacional, através da ruptura do Acordo de Associação com a União Europeia e dos planos de ajustamento estrutural do FMI, da anulação da Dívida externa – que constituem a questão central das mobilizações e das greves operárias para a renacionalização das empresas e dos bancos (nos quais os trabalhadores expulsam os directores e os administradores ligados ao regime), e para a expropriação dos bens da família do ditador.

Uma autêntica Assembleia Constituinte é aquela que toma em mãos todos os poderes, inscrevendo na Constituição tudo aquilo que esteve na base da mobilização das massas, desde há várias semanas – “*Pão e água*” – que constituem reivindicações contraditórias com as exigências que decorrem do Acordo de Associação com a União Europeia, dos planos do FMI e do reembolso da Dívida externa.

Em todas as fábricas, os trabalhadores exigem aumentos salariais e a renacionalização das empresas. Os jovens desempregados exigem a contratação imediata nas empresas estatais. Os trabalhadores precários exigem um vínculo estatutário. Os camponeses exigem a posse das terras. É este movimento dos comités – apoiados na UGTT – que pode desembocar numa verdadeira Assembleia Constituinte soberana.

### **Uma nova etapa da situação mundial**

A revolução na Tunísia é uma revolução internacional. Quaisquer que sejam as formas e os ritmos dos acontecimentos futuros, abriu-se uma situação nova, à escala internacional, em que os trabalhadores e os povos retomam a iniciativa contra o capital.

A revolução tunisina é a ponta avançada do combate de resistência e de emancipação dos trabalhadores e dos povos, à escala mundial. É o movimento que se exprimiu, em 2010, na maior parte dos países europeus – Grécia, Irlanda, Grã-Bretanha, França, Espanha,... – contra os planos destruidores ditados pelo União Europeia e pelo FMI, movimento de resistência que, até agora, a política dos aparelhos dirigentes do movimento operário tem conseguido conter.

A juventude da Tunísia exprime o combate da juventude de todo o mundo pelo direito a um futuro: como o dos estudantes da Grã-Bretanha – que se mobilizaram em massa contra as “reformas” do Governo; ou o dos estudantes argelinos – mobilizados contra a “reforma universitária” que destrói os seus diplomas; ou o dos jovens desempregados, que exigem “um verdadeiro trabalho, um verdadeiro salário”.

É o mesmo movimento que levou os trabalhadores e as populações, na Bolívia, a oporem-se às medidas de austeridade do governo de Evo Morales – através de manifestações e greves – o que constitui uma expressão do que se passa em todo o continente americano. É a resistência dos trabalhadores dos EUA que, em Madison, no Estado do Wisconsin, ocuparam o Capitólio contra a decisão do Governador desse Estado de proibir os mais elementares direitos sindicais. Sim, a revolução proletária tunisina é uma expressão da resistência e do combate de emancipação dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo – do Haiti ao Bangladesh e do Bangladesh ao Brasil.

Esta nova situação é uma confirmação, em todos os pontos, da validade das análises e decisões adoptadas pelo 7º Congresso da IVª Internacional. Recordemos que este teve lugar no final de 2009, no momento em que precisamente a “crise financeira” atingia o conjunto dos continentes, provocando um empobrecimento massivo dos povos e despedimentos aos milhões...

Aquando deste 7º Congresso, a IVª Internacional afirmou que, na base da crise financeira, existia, na realidade, a crise do sistema da propriedade privada dos meios de produção, a crise do sistema capitalista, que é um regime em agonia arrastando a Humanidade para a barbárie.

Esta crise de 2008-2009 era como que um aviso. O imperialismo e nomeadamente o dos EUA – que, em nome da “guerra contra o terrorismo” se tinha empenhado na guerra contra todos os povos, desmantelando o Iraque e o Afeganistão –, não poderia atacar indefinidamente as conquistas e os direitos operários, as nações e os povos, sem provocar a sua reacção.

Nesta situação extremamente difícil para os trabalhadores e os povos de todo o mundo, o 7º Congresso da IVª Internacional – com base na apreciação de que se trata de um regime social em agonia – reafirmou que a revolução proletária estava na ordem do dia, que o combate para expropriar o capital era a única saída face à barbárie.

É por isso que o 7º Congresso da IVª Internacional apelou à construção e ao reforço da IVª Internacional. Construção que é indissociável do combate para juntar e reagrupar – em cada país e à escala internacional – militantes, trabalhadores e sindicalistas que queiram combater para ajudar os trabalhadores a construírem uma saída face à barbárie capitalista, e que, para isso, ajam em defesa da independência da classe operária e das suas organizações.

Menos de dois anos depois, o desenvolvimento do processo revolucionário na Tunísia confirma esta análise: as massas operárias e camponesas não têm outra saída – face ao tacão de ferro que o capital (nomeadamente o dos EUA) quer impor em todo o planeta – senão sublevar-se e recorrer, para se defender, às suas formas próprias de acção e de organização.

Esta revolução ergue-se contra o imperialismo e desestabiliza a “ordem mundial” sob a égide dos EUA. Como produto desta revolução, levantou-se uma vaga de fundo que atinge toda aquela zona do Norte de África. Foi precisamente por ter aberto uma crise na “ordem mundial” – que existe sob a égide do

imperialismo dos EUA – que, conjugando-se com mobilizações populares de outros países, esta revolução acentuou ainda mais a crise do imperialismo mundial. Abriu-se assim uma nova etapa da situação mundial. No Egipto, o Estado-Maior das Forças Armadas, em acordo com a Administração dos EUA, ao desembaraçar-se de Mubarak tentou preservar o regime – quer dizer, o aparelho militar – perante a mobilização revolucionária das massas. O “Conselho Supremo das Forças Armadas” designou uma Comissão de seis juristas, incluindo um representante dos Irmãos Muçulmanos, para “enfeitar” a Constituição actual – quer dizer, preservá-la, preservando assim o regime que aplicou, servilmente, todos os planos de privatização do FMI. Logo de seguida, o aparelho militar começou a reprimir as manifestações. Ele faz apelos à paragem das greves e das manifestações, que se multiplicam e se desenvolvem. Apesar disso, a mobilização massiva do povo provocou a queda do Governo dirigido por Shafiq – reclamada pelo povo – e obrigou, mais uma vez, o aparelho militar a recuar para tentar preservar o seu poder.

Constituindo os seus sindicatos de base e exigindo a liquidação do “sindicato oficial”, a classe operária egípcia procura dotar-se de sindicatos independentes. Estão a desenvolver-se manifestações de camponeses, que desmantelam os organismos agrícolas oficiais e exigem o controlo da terra, ao serviço dos camponeses pobres. As massas lançam-se ao ataque dos edifícios onde está instalada a Segurança do Estado.

Neste contexto, a Administração dos EUA tem que exercer toda a sua pressão para manter em vigor o regime militar – garante do respeito dos Acordos de Camp David com o Estado de Israel, do Plano de ajustamento estrutural do FMI e da manutenção da ordem na região – no momento em que o Médio Oriente se inflama de novo e onde estes desenvolvimentos revolucionários dão uma nova força à revolução palestina.

O regresso precipitado do rei Abdallah à Arábia Saudita, quando ele estava em convalescença no estrangeiro, é uma demonstração deste pânico. “*A bomba de gasolina do mundo está a arder!*”, escreve o jornal francês *La Tribune* (de 7 de Março). Nas fronteiras do seu reino – em Oman, no Iémen e sobretudo no Bahrein – os levantamentos em curso ameaçam a ordem e a estabilidade na Arábia Saudita, que constitui o coração do dispositivo dos EUA das “monarquias do petróleo”. No Bahrein, a 5ª Frota dos EUA foi colocada em estado de alerta.

A seguir ao imperialismo dos EUA ter contribuído, de forma poderosa, para o desmantelamento do Sudão, agora – no Bahrein – é aos gritos de « *Chiitas e Sunitas, todos unidos* » que as massas exigem uma Assembleia Constituinte, para acabar com 242 anos de Emirato. A intervenção militar saudita no Bahrein abre a via ao caos, no quadro do “Grande Médio Oriente”.

### **Para o imperialismo, a solução é a guerra**

Tomando como pretexto a feroz repressão que o regime de Kadhafi está a fazer, a Administração dos EUA decidiu enviar os seus navios para o largo das costas da Líbia. Ela faz apelo a uma intervenção militar, aguçando assim as contradições nas cúpulas da União Europeia, com Sarkozy e o Primeiro-ministro britânico (Cameron) apressando-se a darem-lhe o seu apoio – assim como a Liga Árabe (à excepção da Síria e da Argélia), reunida em Cimeira a 12 de Março.

A barbárie do regime de Kadhafi – que continua a bombardear as populações – não pode fazer esquecer o que o imperialismo dos EUA tem feito, e vai continuar a fazer, aos povos do Afeganistão e do Iraque. Atrás das referências hipócritas à “ingerência humanitária” e à “zona de exclusão aérea”, perfila-se o controlo directo da Líbia pelo imperialismo – bem como dos seus hidrocarbonetos e do seu povo – e uma ameaça directa aos processos revolucionários dos povos vizinhos do Egipto e da Tunísia, assim como contra a soberania e a integridade da Argélia e de Marrocos. Continua a tratar-se de uma tentativa de pôr de pé o projecto AFRICOM – sob a égide dos EUA – encerrando esse continente num dispositivo militar integrado e dirigido pelos EUA.

Recordemos que, após o 11 de Setembro de 2001, Kadhafi colaborou na operação dos EUA de “guerra contra o terrorismo”. A sua luta “contra a Al Qaeda” levou a que a Administração dos EUA retirasse a Líbia da sua lista de países terroristas, sem esquecer que Kadhafi privatizou imensamente a economia do país. Isto permitiu que Kadhafi tivesse podido multiplicar as iniciativas que correspondem às exigências dos EUA de estabelecimento do “Grande Médio Oriente”, nomeadamente o desmembramento das nações.

Foi assim que, a 14 de Janeiro – no seguimento do referendo que consagrou a partição do Sudão – o Governo de Obama retirou a Líbia da lista dos “Estados que apoiam o terrorismo”.

A rejeição em massa do povo líbio em relação a Kadhafi está certamente ligada – como se passa com todos os povos – a uma profunda aspiração à liberdade e à rejeição de um regime opressor que esmaga as liberdades. Contudo, a situação é contraditória. Por um lado, existe a mobilização popular. Mas, por outro lado, existem também traços comparáveis a certas situações – provocadas e manipuladas pelo imperialismo em África – quando ele suscita a luta entre clãs, o retorno ao tribalismo e ao comunitarismo. Na Líbia, eles querem utilizar os chefes tribais desse país – os “ex” do regime de Kadhafi – para opor a Cirenaica e a Tripolitana... para “somalizar” a Líbia e desagregá-la.

### **Europa, EUA,...**

Os pretextos “humanitários” do imperialismo são apenas poeira para os olhos. As ameaças de intervenções militares na Líbia – que os EUA desejam fazer e que o Governo francês apoia de maneira servil – visam directamente a revolução proletária na Tunísia e o levantamento revolucionário no Egipto. Trata-se de um aviso lançado a todos os povos dessa região e do resto do mundo, para lhes indicar que qualquer ataque à dominação imperialista significaria o caos – e levaria, portanto, a uma intervenção brutal do imperialismo para “restabelecer a ordem”. E isto porque as forças imperialistas estão em pânico. O jornal patronal francês, *A Tribuna*, pergunta: “*E se a revolta dos povos árabes fizesse escola na Europa?*”

O imperialismo não tem outra via para dominar a sua própria crise senão generalizar a guerra contra os povos. Esta ameaça mundial provocou uma reacção dos países da ALBA (Aliança Bolivariana das Américas – Antigua, Bolívia, Cuba, República Dominicana, Equador, Nicarágua, Granadinas e Venezuela) contra qualquer intervenção militar na Líbia, pela sua soberania e a sua integridade territorial, contra a pilhagem das riquezas do povo. Mas esta ameaça não pode, contudo, justificar a defesa que alguns deles fazem do regime de Kadhafi.

Esta ameaça pesa inclusivamente no coração da Europa, nas velhas potências imperialistas. O “Pacto para o euro” – que acabou de ser adoptado pela Cimeira da União Europeia – enceta uma nova ofensiva contra os trabalhadores e os povos da Europa, e as organizações sindicais. Mas, ao mesmo tempo, ele exprime o terror perante os possíveis levantamentos na própria Europa.

Estas políticas de austeridade constituem uma verdadeira ofensiva de liquidação social: baixa dos salários, ataque às aposentações e à Segurança Social, bem como ao direito à instrução – à conta do patronato e da especulação.

Para impor esta ofensiva, todos os governos europeus – sejam de esquerda ou de direita – com a União Europeia e o FMI, frente às mobilizações que tiveram lugar em toda a Europa no ano de 2010, procuram atrelar as organizações sindicais ao acompanhamento destes planos destruidores, tomando como modelo o Pacto social assinado pelas duas Centrais sindicais espanholas com o governo de Zapatero.

É esta mesma questão que está colocada nos EUA onde – aplicando as directivas da Administração de Obama – o Governo do Estado de Wisconsin iniciou uma prova de força para tentar destruir a negociação colectiva, impor os cortes orçamentais e os planos de destruição dos serviços públicos – e, na realidade, liquidar a própria existência das organizações sindicais – suscitando contra essa ofensiva repetidas mobilizações de dezenas de milhar de trabalhadores, no Wisconsin e em todo o resto dos EUA.

### **O combate pela independência de classe**

A defesa das organizações da classe operária necessárias ao seu combate, bem como a organização das massas no seu próprio terreno, através dos comités que elas levantam contra o imperialismo, é este o movimento da revolução proletária e internacional.

A IVª Internacional faz sua a divisa da Iª Internacional: “*A emancipação dos trabalhadores será obra deles próprios*”. Esta emancipação passa pela defesa da organização elementar de classe constituída pelo sindicato, bem como pelo aparecimento, no processo revolucionário, das formas de auto-organização das massas que constituem a estrutura do movimento da revolução expropriadora do capital.

Com esta finalidade – e para ultrapassar os obstáculos levantados pelas forças ligadas à ordem imperialista, à União Europeia, ao FMI e à ONU – é necessário agrupar as forças operárias, de origens diversas, num terreno comum, o da independência de classe do proletariado, para construir em conjunto partidos que ajudem a classe operária na direcção da revolução.

### **A emancipação dos trabalhadores será obra deles próprios**

A IVª Internacional condena as forças políticas e sindicais – pretensamente à esquerda e à extrema-esquerda – que pedem à União Europeia para intervir, de modo a “ajudar à transição democrática” na Tunísia ou no Egipto, não hesitando assim em fazer apelo àqueles que, durante dezenas de anos, fizeram tudo para manter os regimes de Mubarak e de Ben Ali, porque estes tinham a seu cargo garantir os interesses imperialistas nessa região. A saída para a situação não reside na União Europeia, no FMI, na ONU ou na Administração Obama.

A solução está no movimento das massas, pois só elas podem abrir uma saída a toda a Humanidade.

A ajuda que pode ser dada aos povos da região é deixá-los dispor, livremente, do seu destino e do seu futuro. E, portanto, combater nos países imperialistas contra qualquer intervenção e ingerência. Não, a União Europeia e os diferentes governos imperialistas da Europa e dos EUA – que, durante perto de 30 anos, através dos planos do FMI ou dos Acordos de associação com a União Europeia, pilharam o Egipto e a Tunísia, impulsionaram planos de privatização, bem como o empobrecimento das populações, e apoiaram Ben Ali et Mubarak, e também Kadhafi – não têm hoje nenhuma legitimidade quando pretendem “ajudar” os povos, propondo-lhes novos “acordos” e novas “reformas”!

São os mesmos – com o FMI à cabeça – que, em Janeiro de 2011, exigiam que o Governo argelino voltasse atrás nas medidas que tinha tomado, em 2009 e 2010, ao restaurar o seu controlo sobre a economia e aumentando os salários. A revolução na Tunísia é um ponto de apoio do combate na Argélia para a defesa da nação e do povo contra o imperialismo.

As secções da IVª Internacional – na América Latina, nas Caraíbas, na Ásia e na África – que combatem contra o imperialismo e os planos destruidores das nações, e pela soberania nacional, estão firmemente ao lado das massas operárias, dos camponeses, dos trabalhadores precários e dos jovens dos países dessas regiões, contra o imperialismo e contra qualquer forma de intervenção militar.

As secções europeias da IVª Internacional – nomeadamente a francesa e a italiana –, tal como a Secção da IVª Internacional nos EUA, estão na primeira linha do combate contra a intervenção do seu próprio imperialismo na Líbia. As secções europeias da IVª Internacional constituem uma parte integrante da campanha “contra a ingerência, contra qualquer intervenção” do Comité de Ligação dos militantes operários da Europa, que se dirige às instituições europeias contra o consenso total do “Parlamento” europeu, que visa impor a renovação do Acordo de Associação Tunísia-UE.

Para elas, trata-se do mesmo combate que travam – sob formas próprias a cada país – contra a União Europeia e o seu «Pacto para o euro», ou, nos EUA, ao lado dos trabalhadores de Wisconsin com os seus sindicatos.

Na Europa, na América, na Ásia ou na África todos os povos têm o mesmo inimigo: os imperialismos dos EUA e europeus.

Repetimos: os processos revolucionários em curso na Tunísia e no Egipto, tal como os levantamentos populares em todo o Magrebe e Médio Oriente, constituem a ponta avançada do combate dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes, que se erguem contra a exploração e a opressão.

Não é a “primavera dos povos árabes”. É o movimento internacional dos trabalhadores e dos povos contra o sistema capitalista que arrasta a Humanidade para a barbárie.

Trata-se de um combate mundial que opõe a grande maioria – constituída pelo povo trabalhador – à minoria capitalista.

Para a IVª Internacional, os trabalhadores de todos os países têm interesses comuns contra o imperialismo.

A IVª Internacional faz sua afirmação contida no Apelo do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos, lançado no final da Conferência Mundial Aberta realizada em Argel, a 29 de Novembro de 2010: *«Apesar dos terríveis sofrimentos impostos ao mundo inteiro, por toda a parte se levanta a resistência dos povos, da juventude e dos trabalhadores que procuram reapoderar-se das suas*

organizações para lutar, resistir e reconquistar os seus direitos (...). Retomamos à nossa conta a palavra de ordem, lançada no dia 4 de Janeiro de 1991, em Barcelona: “Governos responsáveis pela guerra e pela miséria, teme a revolta dos povos! Abaixo a guerra! Abaixo a exploração!”.»

- **Não à intervenção militar imperialista!**
- **Não a qualquer ingerência!**
- **Não toquem no combate dos povos!**
- **Direito dos povos a disporem de si próprios!**
- **Solidariedade operária internacional!**

\*

\* \*

A IVª Internacional submete esta Declaração (tal como os elementos contidos na revista *A Verdade* nº 70) aos trabalhadores, jovens e militantes pertencentes a todas as correntes do movimento operário, e propõe-lhes que a discutam.

Para nós, IVª Internacional, há uma certeza: foi aberta uma nova fase da situação mundial. Nesta fase irá haver uma cadeia de explosões revolucionárias. Ninguém pode garantir como é que ela irá acabar. Mas, a perspectiva aberta pela revolução na Tunísia é que os trabalhadores e a juventude têm capacidade para ultrapassar os obstáculos colocados no caminho da revolução e para derrubar o sistema capitalista.

Partindo desta análise, não há nada mais urgente do que juntar todas as forças operárias independentes, com base numa linha de classe, para acabar com a exploração do homem pelo homem e abrir a via ao socialismo.

«*A emancipação dos trabalhadores será obra deles próprios*». Eles não podem realizar esta tarefa senão organizando-se. Eles têm necessidade das suas organizações sindicais e políticas.

A classe operária tunisina tem necessidade de um partido que retome, à sua conta, o conjunto das reivindicações dos operários e dos camponeses, que rejeite qualquer acordo com todas as fracções do antigo regime, que recuse qualquer ingerência do imperialismo e dos seus agentes, e que combata para que as riquezas do país voltem para as mãos do povo.

É por isso que o Secretariado internacional da IVª Internacional – baseando-se nas tradições operárias e visando ajudar ao avanço nesta via – faz um apelo aos militantes operários e aos trabalhadores para que seja constituído um «Fundo especial para a revolução tunisina» para onde seja colectado o dinheiro necessário a esta tarefa.